



DOI: 10.12957/transversos.2024.85905

DE TIA EVA A DONA GOIA: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM CAMPO GRANDE-MS

FROM TIA EVA TO DONA GOIA: PATHS TO ANTI-RACIST EDUCATION IN CAMPO GRANDE-MS

Manuela Areias Costa

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

manuela.costa@uems.br

Larissa Siqueira Alencar

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

larissasiqueira.alencar@gmail.com

Resumo:

Este texto propõe reflexões sobre trajetórias de mulheres negras, educação antirracista e ensino de História. Por intermédio dos aportes teóricos e metodológicos do Feminismo Negro e da História Oral, as trajetórias de Eva Maria de Jesus, fundadora da Comunidade Quilombola Tia Eva, e Gonçalves Faustina de Oliveira, educadora, discutiremos o protagonismo de mulheres negras no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, evidenciando a importância da incorporação de trajetórias negras no ensino de História e Cultura Afro-brasileira. Portanto, abordaremos duas trajetórias de mulheres negras “comuns”, cujos papéis desempenhados na história campo-grandense comunicam ativismos, repletos de desafios e negociações. Tais trajetórias se conectam por meio de experiências marcadas pelo racismo no pós-abolição e precisam ser conhecidas e trabalhadas em sala de aula, corroborando ainda para o campo da Educação Antirracista.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação Antirracista; Trajetórias; Mulheres Negras.

Abstract:

This text proposes reflections on the trajectories of black women, anti-racist education and History teaching. Through the theoretical and methodological contributions of Black Feminism and Oral History, the trajectories of Eva Maria de Jesus, founder of the Tia Eva Quilombola Community, and Gonçalves Faustina de Oliveira, educator, we will discuss the protagonism of black women in the municipality of Campo Grande, Mato Grosso do Sul, highlighting the importance of incorporating black trajectories in the teaching of Afro-Brazilian History and Culture. Therefore, we will address two trajectories of “ordinary” black women, whose roles in Campo Grande history communicate activism, with challenges and negotiations. Such trajectories are connected through experiences marked by racism in the post-abolition period and need to be known and worked on in the classroom, further supporting the field of Anti-Racist Education.

Keywords: History Teaching; Anti-Racist Education; Trajectories; Black Women.

1. Introdução

A incorporação de trajetórias negras no ensino de História e Cultura Afro-brasileira, como opção metodológica, tem sido cada vez mais valorizada no âmbito da produção do conhecimento histórico. O contato com essas experiências do período da escravidão e do pós-abolição, possibilita o reconhecimento dos saberes e protagonismos das populações negras em diversos campos de atuação. Abrem, igualmente, um amplo caminho de reeducação das relações raciais à medida que exemplos de confiança e autoestima são transmitidos, invertendo as inferiorizadas e empobrecidas imagens ligadas ao folclore e à marginalização da cultura negra (Abreu, Grinberg e Mattos, 2019). Segundo Manuela Areias Costa (2018, p.142), “sem a distorcida lente da democracia racial, as biografias de personagens negros trabalhadas em sala de aula, podem contribuir para a valorização e a divulgação das expressões culturais protagonizadas por africanos e descendentes”.

O foco em trajetórias negras, por meio do método biográfico, em diálogo com a história social e a micro-história, mostra-se como uma estratégia para o (re)conhecimento por parte dos alunos sobre o ativismo negro, as ações políticas e culturais, as tensões e relações que essas pessoas/vivências tiveram de forjar diante de uma sociedade racista, que optou por silenciá-las e invisibilizá-las. Dessa forma, possibilita que a sala de aula seja um espaço de diálogo e de educação antirracista, pautada no respeito e valorização das diferenças socioculturais, das identidades negras e da pluralidade étnica de nossa formação.

Abordar histórias de mulheres negras enquanto centro do processo histórico, contribui para transpor a condição marginal a qual a participação feminina negra foi submetida na historiografia e no ensino de História. Além disso, preconiza novos caminhos de aprendizado que irão na contramão da narrativa histórica escolar tradicional, fortemente androcêntrica e de enfoque racista, quando se pensa a negra e o negro. Como questiona o antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabengele Munanga (2015), o que se sabe sobre protagonismo negro? Quais personagens negros se conhece pelo nome? Da mesma forma, onde estão as mulheres negras na história do Brasil? E na história de Campo Grande?

Com o intuito de refletir acerca do uso de trajetórias de mulheres negras no ensino de História e Cultura Afro-brasileira, este artigo abordará como essa opção metodológica, sugerida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), correlata à Lei 10.639/2003 –

que torna obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira no currículo escolar – corrobora para uma Educação Antirracista. Para tanto, pretendemos enfatizar a trajetória de Eva Maria de Jesus – liderança quilombola, ex-escravizada, mãe, benzedeira e parteira, devota de São Benedito, que chegou em Campo Grande por volta de 1905 – e Gonçalves Faustina de Oliveira, esposa, mãe, lavadeira, diarista e professora, que se dedicou à educação pública campo-grandense, incluindo trabalho voluntário com crianças órfãs na região do bairro Cruzeiro.

As histórias de vida dessas personagens permitem voltar os olhares ao pluralismo do “fazer histórico” na própria cidade, e ampliar as referências de mulheres negras no rol sul-matogrossense, por meio de práticas educacionais que visam o combate ao racismo. Urge a necessidade de atentar-se ao modo como o ensino de História, alvo de disputas pelo estabelecimento de narrativas e memórias, tem elaborado as múltiplas formas de discriminação racial e de gênero. Nesse sentido, a educação pode ocupar um papel importante ao propor ações de reeducação das relações étnico-raciais e de posituação e valorização de trajetórias de mulheres negras na sala de aula, articulando à reparação de direitos e deveres da memória, em razão dos apagamentos e dos silenciamentos a que foram submetidas as suas histórias e manifestações culturais no Estado de Mato Grosso do Sul, especificamente em Campo Grande.

Cabe ressaltar que esse artigo visa contribuir para o aprofundamento dessa reflexão a partir da nossa experiência de pesquisa teórica e metodológica nos campos do Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira, Educação Antirracista e Patrimônio Cultural Afro-brasileiro. Entre os projetos desenvolvidos, destacamos a pesquisa intitulada “Cultura Negra: Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro em MS”, institucionalizada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e na Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), e a pesquisa “De Tia Eva a Dona Goia: Ensino de História e protagonismo de mulheres negras em Campo Grande/MS” (Ver: ALENCAR, 2024), desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), da UEMS, que resultou na criação do *blog* “Mulheres Negras em Destaque”.¹ Ambos os projetos propõem tornar visíveis trajetórias e contribuições da população negra no Estado, colaborando ainda para a construção de novos instrumentos de combate ao racismo no ensino de História.

¹ Endereço: mulheresnegrasemdestaque.blogspot.com

2. Trajetórias de Mulheres Negras e Educação Antirracista

Marta Rovai e Livia Monteiro (2021) apontam que o currículo do ensino de História, diante de muitas disputas e projetos de sociedade, pode operar com novas epistemologias para discutir expectativas e imposições alusivos à branquitude, às feminilidades, às masculinidades. Conforme Rovai e Monteiro (2021), mesmo diante dos silenciamentos nos currículos sobre essas temáticas, no dia a dia da sala de aula é possível ampliar as discussões referentes às relações étnico-raciais e de gênero trazendo a historicidade inerente nesses processos/construções sociais ao longo do tempo.

As experiências particulares das discriminações, as interseccionalidades² e o plano individual e coletivo da História são pontos nodais de discussão no ensino de História. Como sugerem Rovai e Monteiro (2021), os silêncios e os vazios do currículo precisam ser preenchidos em cada conhecimento de História e não apenas em momentos específicos/isolados. “Discutir essas dimensões no Ensino de História fundamenta-se num equilíbrio entre “despresentificar” comportamentos e ideias do passado, ao mesmo tempo em que se evidenciam as camadas de passado que compõem cada identidade e cada prática cultural do presente” (Rovai; Monteiro, 2021, p. 11).

Marta Abreu, Hebe Mattos e Keila Grinberg (2019) mencionam que a renovação historiográfica brasileira, resultante da influência internacional, fomentou novas reflexões sobre o passado escravista, o pós-abolição e o patrimônio cultural afro-brasileiro. Essa produção historiográfica trouxe à tona a memória da escravidão e as lutas no pós-abolição para que o protagonismo negro fosse devidamente contado, reconhecido e valorizado. As atuais reinterpretações e ressignificações da historiografia sobre a escravidão e o pós-abolição levam em conta o ativismo de homens e mulheres negras enquanto sujeitos de sua história, intelectuais, artistas, trabalhadores, entre outros, em suas demandas por melhores condições de vida e contra a discriminação racial.

Nesse sentido, tanto as organizações coletivas quanto as trajetórias individuais, precisam ser conhecidas e levadas para as salas de aula por serem caminhos para difundir histórias na perspectiva da reavaliação do papel do negro na História do Brasil e na História Local, sem a

² Como afirma Carla Akotirene (2018, p.37), a interseccionalidade instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras. Dessa forma, também seria possível utilizar desse aporte teórico para o campo do ensino.

visão estereotipada e discriminatória do escravo passivo ao liberto invisibilizado e estigmatizado em funções subalternas. Amilcar Pereira (2012) destaca que a memória dessas lutas precisa estar nas escolas, e não somente a memória da escravidão, mesmo que entrelaçadas. Por meio do engajamento do Movimento Negro Unificado, do Movimento de Mulheres Negras e das ampliações e renovações historiográficas, as pesquisas e as recentes legislações educacionais buscam enfatizar, (re)contar essas histórias e multiplicar as narrativas que constituem a formação social e política do Brasil.

Em relação às novas agendas políticas educacionais antirracistas, em consonância com a Lei 10.639/03, o documento das “Diretrizes Curriculares” de 2004 endossa o ensino e estudo de personagens negros e suas trajetórias como uma estratégia de reconhecimento do protagonismo negro na história brasileira e na história local. Para além, Lorene Santos (2010, p. 87) aponta que esse tipo de trabalho favorece a “percepção de que a história é feita por “pessoas de carne e osso”, gente que faz, sente, vive experiências concretas, em seu dia a dia”. Partindo da análise das “Diretrizes Curriculares”, Hebe Mattos e Martha Abreu (2008) reforçam a potencialidade dos estudos biográficos ou de trajetórias distanciando-se da perspectiva tradicional de heroificação de personagens, mantendo-se uma abordagem crítica e considerando a história como um processo coletivo, social e de tensões. A ênfase nessas trajetórias destaca as experiências, as articulações, os limites e as possibilidades de homens negros e mulheres negras, seja no período escravista ou no pós-abolição.

Cabe ressaltar que por meio da Lei 6.060, de 29 de maio de 2023, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul incluiu no currículo das escolas estaduais do Estado, como conteúdo transversal, a História das Mulheres. Consta entre os seus objetivos: apresentar a trajetória pessoal e profissional de mulheres que atuam em diversos segmentos tais como educação, política e direitos humanos, saúde, cultura e sociologia, carreiras jurídicas, entre outras, incluindo todas as etnias de nosso país, com o cuidado especial de salientar as conquistas das mulheres negras, quilombolas e indígenas.³

Tais trajetórias em sala de aula potencializam o trabalho dos professores de História na educação para as relações étnico-raciais ao incorporar no ensino personagens negros/negras, rompendo com a exclusão da etnia. Articulam o plano individual e coletivo da história, ampliam

³ Diário Oficial do Mato Grosso do Sul n.11.173, p.03, de 31 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO11173_31_05_2023> Acesso em 17 de julho de 2023.

as referências dos estudantes acerca dos sujeitos envolvidos no “fazer história”, processo que não se restringe a grupos específicos, como políticos, homens ou famílias da elite. Por meio desse método, torna-se possível incluir no debate racial a temática de gênero, ao destacar o papel e o protagonismo das mulheres negras ao longo da história do Brasil, até mesmo no âmbito do ensino da história local/regional em sala de aula. Incluir as experiências das mulheres negras, seus protagonismos e trajetórias enquanto categorias de análise, contribui para problematizar o *status* marginal, no conjunto da disciplina, designado à população negra, sobretudo no que tange às mulheres negras na historiografia e no ensino de História.

Nilma Lino Gomes (2003) ressalta que a discussão sobre a cultura negra no campo educacional tem o intuito de propor uma ressignificação e elaboração de representações positivas sobre o negro, homens e mulheres, suas histórias, corpos, cultura e estética, pois atributos negativos ou não são construídos no processo histórico e socialmente. A escola não é uma entidade abstrata, trata-se de um espaço preenchido por pessoas que podem reforçar exclusões ou preconceitos, mas também questioná-los, desestabilizá-los. É possível a construção da diferença, assim como se construiu o padrão.

Andreia Souza e Vera Lúcia Caixeta (2020) recomendam a necessidade de atentar-se ao modo como o ensino de História, alvo de disputas pelo estabelecimento de narrativas e memórias, tem tratado, ou mesmo silenciado, as múltiplas formas de discriminação racial e de gênero. Como argumenta Sueli Carneiro (2011), é preciso reconhecer as particularidades da opressão vivida pelas mulheres negras, nos movimentos sociais feminista e negro, inclusive historiográfico. O não-lugar destinado a essas mulheres exige uma história ensinada que considere essas trajetórias e fuja das folclorizações e estereótipos, pois o ensino de História não deve naturalizar tais concepções (Souza e Caixeta, 2020).

O “fazer histórico” do Movimento de Mulheres Negras contribui para a construção de caminhos capazes de desenvolver novos rumos e perspectivas de acordo com as suas demandas e reivindicações na cena brasileira, utilizando-se do campo educacional como um aliado na caminhada rumo à reeducação das relações étnico-raciais e de gênero. Carneiro (2011) observa que “uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de ser representados em sua diversidade”. Dessa forma, uma educação antirracista, uma vez que não existe educação neutra, já que toda neutralidade afirmada é uma opção escondida, requer olhares

para as representações tradicionais, colonialistas, sexistas e racistas com intuito de delinear caminhos na reeducação das relações étnico-raciais e de gênero trazendo novos fôlegos e novas personagens para as aulas de História, em outras palavras, dar lugar, espaço e visibilidade.

Uma educação antirracista exige o compromisso político por parte dos docentes e de todo corpo escolar. Contribui para auxiliar a compreensão dos alunos em relação aos movimentos empreendidos pelas mulheres negras, agentes do fazer histórico, para que os estudantes possam assim questionar e inverter visões empobrecidas e inferiorizadas, até mesmo em seus contextos. Histórias e experiências silenciadas de mulheres negras precisam ser (re)conhecidas, descolonizando e democratizando de maneira efetiva o ensino.

Grada Kilomba (2019, p.58) defende que “é o entendimento e o estudo da própria marginalidade que criam a possibilidade de devir como um novo sujeito”. A compreensão da margem enquanto um espaço de privação e perda é muito reducionista, esse espaço pode ser um lugar de resistência, possibilidade, criatividade, a chance de ser criar novos papéis. “É aqui que as fronteiras opressivas estabelecidas por categorias como “raça”, gênero e sexualidade e dominação de classe são questionadas, desafiadas e desconstruídas” (Kilomba, 2019, p.57). De outro modo, opressão e resistência coabitam na ideia de marginalidade.

Incorporar ao conhecimento histórico escolar as temáticas étnico-racial e de gênero, de forma articulada, auxilia na promoção de um reconhecimento dos saberes e protagonismo das populações negras, principalmente mulheres negras, caminhando nos mesmos passos da uma reavaliação do negro na história do Brasil, por meio da construção de um novo lugar a essas agentes (Pereira, 2012). Nesse sentido, nas palavras de Giovana Xavier (2020, p.29), “a necessária produção de novas histórias do pós-abolição centradas nas biografias de mulheres negras, novas epistemologias e práticas pedagógicas para o ensino de História, ou melhor dizendo, um ensino de História das Mulheres Negras”. O ambiente escolar seria o principal espaço de socialização desses novos saberes e de novas possibilidades de interpretar o passado, desestabilizando visões históricas hegemônicas e racistas, incorporado como uma demanda do presente, as dimensões políticas desse conhecimento (Plá, 2012; Gabriel, 2019).

Mais do que uma história de vida, a utilização das narrativas biográficas proporciona análises de determinada época e contexto, e aproxima os discentes da complexidade e multicausalidade dos saberes históricos. Assim, esse instrumento pedagógico incorporado ao ensino de História pode facilitar a discussão histórica, visibilizar os grupos/indivíduos, incluir

temas como o debate étnico-racial e de gênero, incitar a curiosidade e fornecer nomes e rostos aos processos históricos, ou seja, personaliza a História que, geralmente segundo Kalina Silva (2010), enfoca as estruturas e processos amplos.

Trata-se de problematizar representações e questionar hegemonias de determinadas temáticas e grupos, os limites de abordagens na constituição do conhecimento histórico e reconhecer que mulheres negras são sujeitas históricas legítimas, estabelecendo um sentido de reparação e afirmação positivada. Urge a necessidade de retomar memórias, trajetórias e validar o conhecimento dessas mulheres, acadêmicas, ativistas, lideranças religiosas e familiares, que empreenderam lutas pelo exercício da cidadania, contra a injustiça e a opressão racial e de gênero e, até mesmo, intelectual (Xavier, 2020).

Visibilizar e criar espaços de discussão sobre a presença das mulheres negras na história do Brasil, regional e local é uma forma de descontinuar o silenciamento e marginalização historiográfica acerca dessas, é falar de existências. Essas questões são identificadas por Júnia Sales Pereira e Luciano Magela Roza (2012) como “direito à história e à memória”, ou seja, a necessidade de uma abordagem que considere as mulheres negras como constituintes legítimas da história, uma vez que abordar a história de vida delas no ensino de História é o caminho de desconstruir o anonimato, o silêncio e o lugar de subalternidade histórica.

Por meio das trajetórias de Eva Maria de Jesus e Gonçalina Faustina Oliveira propomos reconhecer a participação feminina negra na história campo-grandense, a dinamicidade e fluidez das ações humanas. Consideramos que, “a invisibilidade que por muito tempo foram relegadas contrapõe-se a seu real protagonismo em diversos momentos e situações ao longo dos séculos XX e XXI” (Nepomuceno, 2012, p. 515). Pretendemos contribuir para uma valorização do “fazer parte” e “fazer presença” dessas mulheres na história da cidade de Campo Grande.

Segundo Xavier (2020), trata-se de construir novos paradigmas sobre a História de Mulheres Negras, que ampliem os olhares, percebendo-as pela humanidade e potência de suas mentes, para além da dor e miséria. Afinal, são mulheres que desafiaram as normas sociais para abrir caminhos para si mesmas e para as futuras gerações. Nesse sentido, parafraseando Conceição Evaristo, trata-se de “abrir novos parágrafos” na história de Campo Grande, os quais também coloquem a mulher negra em destaque. Como defendem Iamara Viana e Valéria Costa (2023, p.07), “um olhar sobre a construção da história do Brasil doravante a participação ativa das mulheres negras”.

3. Trajetórias Negras Conectadas

As trajetórias de Eva Maria de Jesus e Gonçalves Faustina Oliveira são exemplos de histórias de mulheres negras que se conectam por meio de experiências marcadas pelo racismo no pós-abolição. Ao mesmo tempo, evidenciam resistências expressas nas lutas diárias no quilombo, em relação ao reconhecimento da terra e de suas práticas culturais, no caso da tia Eva, e no campo da educação, como canal de transformação de vidas de crianças negras, no caso da dona Goia. Duas mulheres negras, matriarcas, de origem humilde, conhecidas como “tia Eva” e “dona Goia”, que com suas trajetórias conduziram a existência da Comunidade Quilombola Tia Eva e da Escola Municipal Professora Gonçalves Faustina Oliveira. Mulheres negras “comuns”, cujos papéis desempenhados na história campo-grandense comunicam ativismos, repletos de desafios e negociações, que precisam ser conhecidos e trabalhados em sala de aula.

Eva Maria de Jesus foi uma mulher negra que vivenciou duas realidades, a de escravizada, no período da escravidão, e a de liberta, no mundo pós-abolição. Goiana, nasceu em 1848 na fazenda Ariranha, propriedade de José Manoel Vilela, no sul de Goiás⁴. Eva alcançou certo prestígio social pelos saberes acerca das ervas/raízes medicinais na prática da benzeção. Esse era o poder da conhecida benzedeira tia Eva, futura liderança quilombola em outras terras.

No ano de 1905 Eva Maria chegou em terras do então sul de Mato Grosso por meio de uma comitiva assistida por um carro de boi. É possível relacionar a sua história ao monumento intitulado “Carro de boi”, instalado na Praça Nelly Martins em 1996, de frente para o Horto Florestal, com localização na esquina das avenidas Ernesto Geisel e Fernando Corrêa da Costa, e que representa o início da ocupação urbana em Campo Grande/MS, uma homenagem aos pioneiros. Contudo, a trajetória de tia Eva não é contemplada na história que o monumento busca preservar, pois a obra foi destinada, especificamente, a família de José Antônio Pereira, considerado uma das primeiras famílias a chegarem em Campo Grande, no final do século XIX, segundo a historiografia oficial. A ausência ou invisibilidade da história de tia Eva na formação da cidade campo-grandense é exposta por Neuza Jerônima Rosa dos Santos⁵, tataraneta de tia

⁴ A fim de esclarecimento, aparecem dois municípios, do sul de Goiás, do qual partiu a comitiva de tia Eva rumo a Campo Grande. São estes: Jataí e Mineiros. Ambos são citados em pesquisas e estão presentes na memória da comunidade.

⁵ Entrevista de Neuza Jerônima Rosa dos Santos, tataraneta de tia Eva, concedida ao *Negritude em Debate MS. Territorialidades Negras em MS: Comunidade Quilombola Tia Eva*. Youtube, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0fcEkb-wATM>>. Acesso em 15 de julho de 2023.

Eva, “não saiu seu nome, porque ela é negra, é mulher, é discriminada. Por isso o nome dela não está no livro como fundadora. Às vezes, a gente que é negro fica tão desmerecido”.

Considerar Eva Maria de Jesus enquanto fundadora da cidade, não é necessariamente provar que ela chegou primeiro que o José Antônio Pereira, mas sim ampliar a discussão para perceber e visibilizar as pessoas envolvidas na formação de Campo Grande, que estava em plena construção no final do século XIX e início do XX. No entanto, essa história hegemônica não parou no tempo, e atualmente vem sendo questionada e revisitada, atribuindo à tia Eva o papel de pioneira, cofundadora da cidade.

Há um processo de invisibilidade de quem contribuiu para a formação desse estado enquanto negro, enquanto indígena. A gente vê essas ausências na biografia de Mato Grosso do Sul e de formação de Campo Grande, né. Para nós, até que ponto é relevante quem chegou primeiro? É quem ajudou a formar essa cidade. A tia Eva e seus descendentes contribuíram para a formação dessa cidade! Em vários momentos a gente não vê isso representado no livro, nas escolas e ainda algumas pessoas colocam isso como dúvida. Será que é real mesmo? Será que a tia Eva existiu? Então, essa negação ou invisibilidade da tia Eva e dos seus, nesses materiais que contam sobre a história de Campo Grande, é um prejuízo para toda a sociedade campo-grandense.⁶

Nos fluxos migratórios que trouxeram diferentes povos para Campo Grande, sobretudo na metade do século XIX em diante, famílias, grupos e pessoas deslocaram-se para cá atraídas pela disponibilidade de terras em “Campos de Vacaria”, como era conhecida essa região, em busca de melhores condições de vida. Myleide Oliveira (2019, p.20) reforça que “a história do sul de Mato Grosso liga-se a origens migratórias promovidas no final do século XIX. As notícias de vastas campinas existentes no estado atraíram comitivas compostas por originários das províncias de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro”. Com tia Eva não foi diferente.

No anseio de ter uma vida mais humana, já que viveu a desumanidade da escravidão, Eva Maria tinha um sonho de possuir um pedaço de terra no qual os seus pudessem viver em liberdade e com autonomia. Até a realização desse sonho da conquista da terra, precisamos lembrar que Eva cresceu em meio ao trabalho escravo e como mulher escravizada, foi criada desde pequena para realização de afazeres domésticos.

⁶ Entrevista de Vania Lucia Baptista Duarte, tataraneta de tia Eva, concedida ao Negritude em Debate MS. Territorialidades Negras em MS: Comunidade Quilombola Tia Eva. Youtube, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0fEkb-wATM>>. Acesso em 15 de julho de 2023.

Desempenhando a função de cozinheira-doceira, Seu Michel e Vania⁷, assim como Air, Adair e Neuza⁸ relatam que tia Eva, ao manipular um tacho, derrubou banha quente em sua perna queimando-a profundamente. O acidente causou uma ferida permanente que afastou a escravizada da cozinha e seus proprietários transformaram-na em produtora de sabão. Neuza⁹ compartilha que tia Eva tinha erisipela na perna, consequência da precariedade em tratar o ferimento adequadamente conduzindo a um processo infeccioso da pele.

Esses relatos possibilitam inferir a pouca, ou quase nula, assistência médica prestada à saúde dos escravizados. Como explicitam Tânia Pimenta e Flávio Gomes (2016, p.09), no cotidiano dos escravizados havia o predomínio dos saberes da medicina popular e de práticas de cura com o uso de plantas-raízes-ervas medicinais. A figura médica cumpria-se na presença dos curandeiros, sangradores, benzedeiros, geralmente negros, em detrimento da medicina oficial, dos médicos e cirurgiões no trato das enfermidades.

Air Jerônima¹⁰ lembrou a promessa que tia Eva fez ao santo São Benedito, caso conseguisse a cura e a terra no sonhado Mato Grosso. Prometia fazer da nova terra uma comunidade só para os seus e construir uma igreja para São Benedito. No período do pós-abolição, sem grandes condições materiais, mãe solo e com uma ferida na perna, tia Eva permaneceu trabalhando na fazenda dos Vilela, sendo empregada e vivendo das benzeções. Vania¹¹ relata que tia Eva adquiriu certo patrimônio enquanto benzedeira, pois doações e presentes eram dados pelos benzidos.

Com a liberdade em mãos, pela sanção da Lei Áurea (1888), uma imagem de São Benedito no bolso para guiar os seus passos e o sonho de construir sua comunidade negra, tia Eva decidiu migrar no início do século XX, em 1904, de Jataí, sul de Goiás, para Campo Grande,

⁷ Entrevista de Sérgio Antônio da Silva, Seu Michel, bisneto de tia Eva, e Vania Lucia Baptista Duarte, tataraneta de tia Eva, concedida ao Negritude em Debate MS. Territorialidades Negras em MS: Comunidade Quilombola Tia Eva. Youtube, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0fcEkb-wATM>>. Acesso em 15 de julho de 2023.

⁸ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Air Jerônima dos Santos, bisneta de tia Eva, Adair Jerônima da Silva, bisneta de tia Eva e Neuza Jerônima Rosa dos Santos, tataraneta de tia Eva, em 08 de dezembro de 2023, em suas residências na Comunidade Tia Eva, Campo Grande/MS.

⁹ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Neuza Jerônima Rosa dos Santos, tataraneta de tia Eva, em 08 de dezembro de 2023, em sua residência na Comunidade Tia Eva, Campo Grande/MS.

¹⁰ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Air Jerônima dos Santos, bisneta de tia Eva, em 08 de dezembro de 2023, em sua residência na Comunidade Tia Eva, Campo Grande/MS.

¹¹ Entrevista de Vania Lucia Baptista Duarte, tataraneta de tia Eva concedida ao Negritude em Debate MS. Territorialidades Negras em MS: Comunidade Quilombola Tia Eva. Youtube, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0fcEkb-wATM>>. Acesso em 15 de julho de 2023.

acompanhando um grupo de ex-escravizados que tinha saído de Uberaba/MG. Tia Eva e sua comitiva, filhas, genros, netos e seu companheiro, partiram rumo ao sul de Mato Grosso.¹²

Instalados em Campo Grande, na região do Cascudo, havia chegado a hora de cumprir a promessa feita a São Benedito: construir a capela em reconhecimento ao milagre alcançado, já que a ferida na perna, de mais de 15 anos, como relata seu Michel¹³, havia sido curada. Finalmente o sonho da terra e da cura foram concretizados. Os recursos financeiros e materiais necessários para a construção da igreja foram obtidos por meio de esmolas, como chamam as doações, segundo Adair¹⁴, mas também presentes provenientes dos serviços de benzedura realizados por tia Eva, visto que, como relata Seu Michel¹⁵, os serviços de benção não podem ser cobrados, contudo, aceita-se os presentes e agradados ofertados pelos benzidos. A fé de Eva Maria em São Benedito fortaleceu e perpassou sua vida, mantendo-a focada em suas metas.

Neuza¹⁶ compartilha, com muito orgulho, que mesmo diante dos seus 74 anos ainda é a responsável em cuidar dos pertences e asseio da Igreja de São Benedito¹⁷. “Eu limpo a cada quinze dias, espano, encero o chão, lavo as toalhas. Também tomo conta do busto. A mulher que fez me explicou como cuidar. Lavo para tirar o pó e qualquer sujeira e depois passo *nugget* preto para dar aquele brilho”. O busto de tia Eva¹⁸ encontra-se em frente à igreja, espaço central da comunidade. Como não existe retrato ou fotografia de seu rosto, o projeto foi baseado em sua bisneta, Nadir Antônia da Silva, devido à grande semelhança. Adair¹⁹ relata que os mais velhos diziam que essa bisneta realmente era muito parecida com Eva Maria de Jesus. Dessa forma, a

¹² O estado de Mato Grosso do Sul foi criado apenas em 11 de outubro de 1977, essa região que compreende o recente estado fazia parte do Mato Grosso e era denominada de sul de Mato Grosso.

¹³ Entrevista de Sérgio Antônio da Silva, Seu Michel, bisneto de tia Eva concedida ao Negritude em Debate MS. Territorialidades Negras em MS: Comunidade Quilombola Tia Eva. Youtube, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0fcEkb-wATM>>. Acesso em 15 de julho de 2023.

¹⁴ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Adair Jerônima da Silva, bisneta de tia Eva, em 08 de dezembro de 2023, em sua residência na Comunidade Tia Eva, Campo Grande/MS.

¹⁵ Entrevista de Sérgio Antônio da Silva, Seu Michel, bisneto de tia Eva concedida ao Negritude em Debate MS. Territorialidades Negras em MS: Comunidade Quilombola Tia Eva. Youtube, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0fcEkb-wATM>>. Acesso em 15 de julho de 2023.

¹⁶ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Neuza Jerônima Rosa dos Santos, tataraneta de tia Eva, em 08 de dezembro de 2023 em sua residência na Comunidade Tia Eva, Campo Grande/MS.

¹⁷ Por conta da sua relevância histórica e cultural, a igreja foi tombada pelo município de Campo Grande, no ano de 1996 (decreto municipal nº 3.523), e também pelo Estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 1998 (Resolução/SECE, de 07 de maio de 1998).

¹⁸ Elaborado pela artista plástica Maria de Oliveira e inaugurado em 18 de maio de 2003 (Matos, 2004; Plínio dos Santos, 2010; Diacópulos, 2022).

¹⁹ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Adair Jerônima da Silva, bisneta de tia Eva, em 08 de dezembro de 2023 em sua residência na Comunidade Tia Eva, Campo Grande/MS.

escultura e a Igreja são pontos de referência da Comunidade Quilombola Tia Eva²⁰. Inclusive, a imagem de São Benedito carregada pela matriarca, em toda sua existência, se encontra exposta dentro da igrejinha.

Eva Maria de Jesus passou a ser conhecida na cidade pelas diferentes funções que desempenhou, como pontuou Neuza²¹, “uma pessoa que acabava sendo várias”. Desenvolveu diferentes ofícios, foi benzedeira, parteira, curandeira, vendedora de doce/hortifruti e até “padre, para dar a extrema unção” e ministro da Igreja²². Benzedeira desde o tempo da escravidão, teve seu nome associado ao termo “tia”, uma denominação honrosa que possibilitou à tia Eva certo espaço social na fazenda e imediações (Plínio dos Santos, 2010). Em Campo Grande não foi diferente, agraciada com o dom de benzer e conhecedora das ervas, raízes e seus efeitos curadores, era solicitada para o tratamento de diversas moléstias e procurada pelos diferentes públicos. De acordo com seu Michel²³, o dom de benzer de tia Eva ocorria com as graças de Deus e de São Benedito.

Matos (2004, p.27) destaca que tia Eva “fazia um preparado de acordo com a doença da pessoa. Produzia tônico e colocava em garrafas. Receitava chás caseiros, distribuía e rezava orações. Era benzedeira respeitada”. O reconhecimento dos saberes mobilizados por tia Eva em suas benzeções, o poder das palavras ou o domínio da linguagem nas rezas, o segredo das plantas e dos elementos da natureza para os mais diversos tipos de problemas e suas respectivas curas, possibilitou conquistar a confiança e certa “fama” na cidade. Dona Adair²⁴ ainda destacou que tia Eva “era muito chamada para partejar, nesse mundo de meu Deus. Nego vinha de carroça, carreta, de cavalo buscar ela. Se estava em um parto amarrado, usava das orações, do seu dom para acelerar o processo. Nascia rápido, a mulher mal sofria”.

Plínio dos Santos (2013) salienta que, juntamente a benzeção, os conhecimentos de tia Eva na produção de doces, aprendidos no período da escravidão, foram essenciais para a

²⁰ Os restos mortais de tia Eva estão enterrados ao lado da entrada principal da Igrejinha (Plínio dos Santos, 2013, p. 38)

²¹ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Neuza Jerônima Rosa dos Santos, tataraneta de tia Eva, em 08 de dezembro de 2023, em sua residência na Comunidade Tia Eva, Campo Grande/MS.

²² Entrevista de Sérgio Antônio da Silva, Seu Michel, bisneto de tia Eva, concedida ao Negritude em Debate MS. Territorialidades Negras em MS: Comunidade Quilombola Tia Eva. Youtube, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0fcEkb-wATM>>. Acesso em 15 de julho de 2023.

²³ Entrevista de Sérgio Antônio da Silva, Seu Michel, bisneto de tia Eva, concedida ao Negritude em Debate MS. Territorialidades Negras em MS: Comunidade Quilombola Tia Eva. Youtube, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0fcEkb-wATM>>. Acesso em 15 de julho de 2023.

²⁴ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Adair Jerônima da Silva, bisneta de tia Eva, em 08 de dezembro de 2023, em sua residência na Comunidade Tia Eva, Campo Grande/MS.

sobrevivência do grupo em Campo Grande. Os “doces de tia Eva”, como ficaram conhecidos, introduziram novos sabores e receitas na culinária local, os quais incluíam bolos, biscoitos e roscas. Por volta de 1910, com os recursos adquiridos pelas diversas frentes de atuação, tia Eva comprou as terras que ocupava a fim de regularizar a posse de sua propriedade. Vania Lucia²⁵ faz questão de reiterar que a legalização das terras da comunidade foi por meio de compra e não concessão. Uma forma de validar e reconhecer que as mulheres, sobretudo mulheres negras, sempre estiveram envolvidas no desenvolvimento socioeconômico de suas comunidades, casas e da sociedade como um todo.

Enquanto viveu, tia Eva atuou como organizadora da Festa de São Benedito, celebração anual que reuniu várias mulheres nessa empreitada. Mulheres da região do Cascudo, identificação ao espaço ocupado por tia Eva, das comunidades quilombolas Furnas do Dionísio e Buriti, todas envolvidas “na preparação, conservação, preparo (cozido, assado, ensopado, etc.) e distribuição dos alimentos consumidos na festa” (Plínio dos Santos, 2013, p. 47). A estruturação, o cotidiano religioso e festeiro, o cardápio eram responsabilidades das mulheres, ou seja, o protagonismo da festa de São Benedito era conferido a um *corpus* feminino, negro, plural e intergeracional, entrelaçadas pela devoção ao santo, o qual fortalecia essas relações de parentesco e compadrio e fomentava as trocas e a reinvenção de práticas e saberes.

Eva Maria de Jesus faleceu em 11 de novembro de 1926, aos 78 anos. Segundo Seu Michel, “quando tia Eva morreu foi como se tivesse morrido um governador, uma grande pessoa. A cidade toda veio para cá”.²⁶ No entanto, de acordo com Matos (2004) e suas pesquisas nos jornais da época do falecimento, não foi possível encontrar nenhuma notícia acerca da morte de tia Eva. Neuza²⁷ ressaltou que não houve um esclarecimento sobre a causa da morte de Eva Maria de Jesus e, até hoje, não se sabe nada sobre. Anjos Santos (2020) evidencia tia Eva como símbolo, enquanto força feminina negra para Campo Grande, uma grande referência e inspiração para as mulheres afrodescendentes da região, além de um exemplo de resistência. Uma mulher de fibra

²⁵ Entrevista de Vania Lucia Baptista Duarte, tataraneta de tia Eva, concedida ao podcast Questão de Pele, o Estado Play. Tia Eva e seus descendentes. Youtube, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HiwEdHRvnc>>. Acesso em 13 de outubro de 2023.

²⁶ Entrevista de Sérgio Antônio da Silva, Seu Michel, bisneto de tia Eva, concedida ao Negritude em Debate MS. Territorialidades Negras em MS: Comunidade Quilombola Tia Eva. Youtube, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0fcEkb-wATM>>. Acesso em 15 de julho de 2023.

²⁷ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Neuza Jerônima Rosa dos Santos, tataraneta de tia Eva, em 08 de dezembro de 2023, em sua residência na Comunidade Tia Eva, Campo Grande/MS.

e de fé, que sonhou com melhores condições de vida e se empenhou nesta conquista, demonstrando liderança e autonomia.

Após um século na história campo-grandense, Eva Maria de Jesus foi representada na principal rua do centro da cidade, a rua 14 de Julho, por meio do grafite de autoria do muralista negro Diego Mouro. A arte, finalizada em novembro de 2022, expressa o reconhecimento da história de uma mulher negra, benzedeira, parteira, mãe, doceira e liderança comunitária de grande notoriedade, símbolo de resistência e de participação ativa na constituição do município. Consciente da criação do retrato de uma das fundadoras do município, o desafio foi diferente para o artista Diego Mouro, já que o mural envolveu a criação imagética de uma personagem, que não possui registros fotográficos, segundo relato que compartilhou na reportagem²⁸. O artista destacou tratar-se de um processo especial e que pesquisou sobre a vida de tia Eva. Partindo dos estudos e da referência visual do busto que a comunidade quilombola possui, o muralista incluiu no desenho a imagem de São Benedito e a representação de tia Eva com traje branco, rosto desfocado, folhagens na mão, luzes do entardecer campo-grandense e os seguintes dizeres: “a benção Tia Eva”.

Gonçalina Faustina de Oliveira é a segunda mulher negra que pesquisamos por meio das narrativas coletadas em entrevistas com os seus familiares, sua filha Ângela Maria de Oliveira dos Santos, e seus colegas de profissão, Alelis Izabel de Oliveira Gomes e Air Canteiro. Nos relatos dos entrevistados observamos que os temas mais abordados, relacionados à trajetória da protagonista são: família, educação e trabalho. A singularidade de Gonçalina em seu projeto de vida baseou-se na solidariedade com o outro e no apreço pela educação, uma “professora nata”, nas palavras de sua filha, também professora, Ângela²⁹.

Nascida na cidade de Várzea Grande, estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 1936, a filha de Maria Clara do Nascimento conseguiu realizar o seu maior sonho: ser professora. Talvez, a dona Goia, como foi comumente chamada, ou mesmo tia Goia para os mais próximos, jamais imaginara que seu comprometimento com o ensino e sua solidariedade com os outros resultaria em um reconhecimento e devida homenagem de ser patrona de uma escola municipal em Campo Grande, localizada na rua Delamare, número 42, no Jardim Tarumã. Atuando em

²⁸ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/gigante-mural-da-tia-eva-estampa-lateral-de-predio-na-14-de-julho>>. Acesso em 23 de junho de 2023.

²⁹ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Ângela Maria de Oliveira dos Santos, 63 anos, no dia 09 de julho de 2023, em sua residência localizada em Campo Grande/MS.

variadas frentes, mãe, esposa, lavadeira, diarista e professora, Gonçalves Faustina foi uma mulher da classe trabalhadora, que vivenciou a sociedade campo-grandense do século XX.

Casada desde os 20 anos de idade com o Benedito Pedro de Oliveira, o casal mudou-se de Várzea Grande/MT para Campo Grande/MS em 1958, devido as demandas do emprego de seu esposo. Seu Ditinho, como era chamado, foi carpinteiro do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), atual Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT). Se instalaram no Bairro Cruzeiro e aqui terminaram de completar a família, com um total de sete filhos. Esse bairro desenvolveu-se com os vários funcionários do DNER que mudaram para Campo Grande, já que a grande maioria das famílias vieram de outras cidades. O sentimento comunitário era muito forte entre as famílias da região, que criaram laços de solidariedade e formas de ajuda mútua.

Nesse período, década de 1950/60, era muito comum a mulher exercer o papel de esposa-mãe-dona-de-casa não sendo comum, muito menos permitido, trabalhar fora. O projeto familiar e os afazeres domésticos recaíam sobre a mulher, a mãe e as filhas cabiam ajudar. O pai era convocado em última instância, quando o problema fosse muito sério. Mesmo com dificuldades financeiras, o papel do homem provedor ainda era muito forte e a mulher reduzida ao papel de esposa, sem objetivos próprios, atuante apenas no âmbito privado, ou seja, “os saberes e subjetividades são apagados e substituídos por visões ligadas à subordinação política e o descarte de ideias femininas, inclusive dentro da comunidade negra” (Xavier, 2020, p. 45).

Dona Goia, consciente das dificuldades da família e no ensejo de algo melhor, contrariando o marido, o filho mais velho e a sociedade, decidiu trabalhar. Ângela compartilhou que a opinião da mãe era “eu posso fazer, eu consigo ajudar em casa”, e sempre ouvia “mulher não é para sair, mulher é para ficar dentro de casa cuidando dos filhos e afazeres domésticos”.³⁰ A entrevistada ainda complementa “minha mãe tinha uma cabeça muito lá na frente, sabe. Todo mundo pode ajudar, porque aqui não mora só eu. Eu não tenho que fazer tudo, vocês podem fazer, um ajuda o outro”.³¹

O planejamento e a articulação traçados para começar a trabalhar e obter uma fonte de renda evidenciam a liderança feminina na família e rompem com a ideia de esposa passiva,

³⁰ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Ângela Maria de Oliveira dos Santos, 63 anos, no dia 09 de julho de 2023, em sua residência localizada em Campo Grande/MS.

³¹ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Ângela Maria de Oliveira dos Santos, 63 anos, no dia 09 de julho de 2023, em sua residência localizada em Campo Grande/MS.

subordinada ao esposo e puramente do lar. O enfrentamento se fez necessário e para poder contribuir no sustento da família, Gonçalves organizou as tarefas domésticas entre os filhos. Tornaram-se os responsáveis em gerir a casa na sua ausência. Assim, a matriarca pôde trabalhar fora prestando serviços domésticos nas “casas de família” do centro da cidade. Sua filha relata que tal organização era incrível, a mãe criou uma escala entre os filhos e a cada semana, cada qual cumpria uma tarefa. “Meu objetivo é para que não tivesse falhas, para ninguém implicar com ela, porque senão...”³²

Evidencia-se que a discriminação por gênero se agrava com o critério racial, uma vez que a noção de boa aparência se aproxima da estética eurocentrada e afeta significativamente mulheres negras no mercado de trabalho, colocando-as para empregos mais vulneráveis, mal remunerados e sub-representações em cargos de chefia. Assim ocorreu com Gonçalves, já que a oportunidade de trabalho também se voltou ao ambiente doméstico. De forma geral, afetadas por essa “exigência” do mercado do trabalho, as mulheres negras “ainda são um dos maiores contingentes de pobreza e indigência do país” (Nepomuceno, 2012, p. 495).

A preocupação em proporcionar instrução aos filhos e o acesso à educação formal, mesmo com as dificuldades, prevaleceu nos projetos de Gonçalves, que enxergou nesse caminho a chance de os filhos conquistarem “lugares menos subalternizados na sociedade” (Nepomuceno, 2012, p. 495). Essa visão acerca da educação também é ponto nodal nos movimentos negros, os quais vislumbram nesta a possibilidade de uma reeducação das relações raciais no Brasil e, ao mesmo tempo, uma maneira de ascensão. Tanto que muitas organizações negras, na primeira metade do século XX, desenvolveram iniciativas educacionais cumprindo o papel do governo frente ao descaso no cenário da educação. A valorização da educação estava entre as estratégias para escapar do “lugar” socialmente destinado a essa população.

Alelis³³, colega de trabalho de dona Goa, relata que Gonçalves terminou sua formação escolar, os Anos Finais do Fundamental, por meio da madureza ginasial, atual Educação de Jovens e Adultos (EJA), porém, naquele tempo, ela estudava por conta própria para depois realizar as provas, no mesmo estilo do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Isso ocorreu no início da década de 1970, e vale ressaltar que dona Gonçalves

³² Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Ângela Maria de Oliveira dos Santos, 63 anos, no dia 09 de julho de 2023 em sua residência localizada em Campo Grande/MS.

³³ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Alelis Izabel de Oliveira Gomes, no dia 10 de julho 2023, em sua sala na Coordenadoria Psicossocial SEMED/MS – Programa Valorização da Vida.

já estava com trinta e cinco anos. Nesse relato, verificamos os desafios e dificuldades do acesso aos espaços educacionais no período, sobretudo para mulheres, que respingava no acesso ao mercado de trabalho. A pouca escolaridade e os critérios raciais do mercado de trabalho, “boa aparência”, colocava o trabalho doméstico como principal possibilidade para mulheres negras. E na trajetória de nossa protagonista não foi diferente, vimos que ela desempenhou a função de diarista e lavadeira até formar-se professora. No entanto, teremos mais um exemplo da educação como instrumento de ascensão social, apesar dos percalços.

Nesse contexto, o magistério foi um dos caminhos que a mulher de poucos recursos encontrou, sobretudo a mulher negra na sociedade brasileira do século XX para instruir-se e colocar-se no mercado de trabalho longe dos trabalhos domésticos, como foi o caso de Gonçalves. Com seus filhos crescidos e finalizado o ensino médio, sua hora havia chegado. E assim, dona Goia se matriculou no Colégio Moderno para cursar o Magistério ou Normal-Médio, avançando mais uma etapa na formação escolar com o ensino secundário. Ângela compartilha que ela e a mãe iam juntas para a escola, por volta de 1972-1974.

O envolvimento e trabalho com a alfabetização, sala de aula e docência começou no decorrer do próprio Magistério. Nas dependências do Colégio Moderno funcionava o Clube da Mãe Pobre, mães que iam até o local para serem alfabetizadas e aprender trabalhos manuais, como costura e tricô. E para que pudessem frequentar os encontros, recebiam uma cesta básica como auxílio. Assim, dona Gonçalves começou sua trajetória no professorado.

Mantendo os estudos e o serviço de diarista aos finais de semana, sua motivação inspirou até uma de suas patroas, que incitada pela dedicação de Gonçalves decidiu estudar. Os relatos coletados evidenciam que dona Goia dedicou-se à educação elementar, o letramento. O seu afã foi a alfabetização, tanto de crianças quanto adultos. Como morou no bairro Cruzeiro, sendo a sua família muito conhecida na região, não demorou para que a tia Goia acolhesse as crianças do Educandário Getúlio Vargas, orfanato próximo dali, fazendo do seu lar um ambiente educacional. Desenvolveu trabalho voluntário com as crianças do orfanato, fortalecendo seu comprometimento com a educação, pois muitas delas frequentaram sua casa no contra turno para reforço escolar. Iniciativa similar à de Antonieta de Barros, jornalista e primeira deputada negra catarinense, que após formar-se no curso Normal, fez da sua casa uma escola de alfabetização para a “gurizada” da região (Nepomuceno, 2012).

Outra faceta de sua trajetória profissional, foi sua atuação no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), programa governamental com duração de 1967-1985. O projeto envolvia a alfabetização de adultos em prol do desenvolvimento da nação. Alelis, uma das supervisoras do programa e participante desta pesquisa, relata que era muito comum entre os analfabetos negros, principalmente muitas mulheres, os resquícios de um tempo da mulher dona de casa que não precisa ler e escrever.³⁴

Por considerar a educação uma porta para melhorias de vida, não parou no curso Normal-Médio. Deu sequência aos estudos e, por volta de 1975, o ensino superior lhe esperava, tornando-se estudante de Pedagogia. Essa trajetória de formar-se pedagoga não foi nada fácil, segunda sua filha. Devido aos poucos recursos financeiros, cursou a graduação em Presidente Prudente, interior de São Paulo. Ângela expõe que foi uma batalha violenta para bancar o curso, pois como tinha mensalidade, “foi numa luta muito grande, ela dando aula. Aquela loucura”.³⁵

Gonçalina iniciou a sua carreira na prefeitura o ano de 1976, trabalhando em uma escola rural com nome de um abolicionista, José do Patrocínio. Lecionou nessa escola durante anos em uma sala multisseriada, do 1º ao 5º ano. “Era só ela e a merendeira dentro da escola”, compartilhou Ângela, que nesse período também já era professora.³⁶ A partir do ano de 1979 dona Goia passou a atuar apenas na rede pública municipal de Campo Grande, especificamente na escola Coronel Antonino, próximo a sua casa.

Dona Goia percebia a educação enquanto meio de transformação socioeconômica, isto é, uma valorização do estudo para as múltiplas demandas da vida, intelectual, profissional e de subsistência. Tal perspectiva concretizou-se na existência dessa mulher. A autora bell hooks (2013) apresenta o aprendizado como revolução, pois a “devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista” (hooks, 2013, p.10). Dessa forma, o posicionamento de Gonçalina evidencia o reconhecimento do mundo racista e alinha-se a concepção de hooks (2013) tendo a educação como prática da liberdade, de possibilidades. Muito distante de uma ideia de conformidade.

³⁴ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Alelis Izabel de Oliveira Gomes, no dia 10 de julho 2023, em sua sala na Coordenadoria Psicossocial SEMED/MS – Programa Valorização da Vida.

³⁵ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Ângela Maria de Oliveira dos Santos, 63 anos, no dia 09 de julho de 2023 em sua residência localizada em Campo Grande/MS.

³⁶ Entrevista realizada por Larissa Siqueira com Ângela Maria de Oliveira dos Santos, 63 anos, no dia 09 de julho de 2023 em sua residência localizada em Campo Grande/MS.

Por intermédio das falas de Ângela, Alelis e Air podemos constatar a devoção de Gonçalves ao magistério, mas também sua identificação com a profissão. E mesmo sem definir teoricamente sua prática docente, praticou uma pedagogia de resistência, um compromisso político com a educação e o ensino, o que hooks (2013) denomina de pedagogia engajada. Em outras palavras, fez do professorar seu projeto de vida. “Para cumprir essa missão, as professoras faziam de tudo para nos “conhecer”. Elas conheciam nossos pais, nossa condição econômica, como era nossa casa e como nossa família nos tratava” (hooks, 2013, p. 11). E a alfabetizadora não agiu diferente, uma pedagoga engajada com o ensino, que procurou aproximar-se da realidade de seus alunos, estabelecer diálogo com os pais, entusiasmar-se com a sala de aula e o magistério. Vislumbrou o campo educacional como prática da liberdade o qual traria novos horizontes, como ocorreu em sua própria experiência.

Gonçalves faleceu em 26 de abril de 1989, vítima de parada cardíaca em decorrência de um derrame que teve no anterior, o qual a deixou 24 dias internada. O protagonismo dessa mulher, negra e professora jamais será esquecido pela sua família, pelos colegas de trabalho, pelos seus alunos e amigos. Como aponta Juçara Mello (2023, p. 291) “Memórias contra-hegemônicas, subalternizadas e negligenciadas pelo discurso oficial continuam a incidir sobre a constituição das identidades de indivíduos e grupos, justamente porque dizem respeito àquilo que os afeta.”

O processo de sugerir o nome de Gonçalves para patrona de uma escola ocorreu pela indicação de mulheres que trabalharam com ela. As quais, no final do XX, atuavam na Secretaria de Municipal de Educação de Campo Grande/MS (SEMED). A Escola Municipal Professora Gonçalves Faustina de Oliveira, situada na rua Delamare, nº. 42, Jardim Tarumã, foi criada pelo Decreto Municipal nº. 6.488 de 30 de janeiro de 1992. A inauguração oficial da escola ocorreu em 22 de setembro de 1999, e contou com a participação da família da patrona. No interior do Brasil, na cidade de Campo Grande/MS, uma professora negra recebia a homenagem de nomear uma escola. Tal ação representou uma grande vitória, pois uma mulher negra, no final do século XX, havia ocupado um espaço público e educacional na cidade.

4. Considerações Finais

Avaliamos que conhecer e divulgar, por meio da pesquisa e do ensino, as trajetórias da tia Eva e dona Goia, são passos fundamentais, pois contribuem para mobilizar a construção de novas memórias e histórias na historiografia campo-grandense. Além de quebrar a invisibilidade e o

silenciamento do protagonismo da população negra, sobretudo mulheres negras na história local e, até mesmo, na história nacional. É subverter visões empobrecidas, inferiorizadas e de subalternidade relegada, tradicionalmente pela “história única” (Adichie, 2019), a essas sujeitas históricas.

As trajetórias de Eva Maria de Jesus e Gonçalves Faustina de Oliveira visibilizam as ideias defendidas por Fernanda Oliveira (2020), que trajetórias de mulheres negras não podem ser resumidas tão somente pela lente da resistência ao racismo, elas viveram, vimos o protagonismo em suas escolhas, ultrapassaram barreiras. Nesse sentido, para Grada Kilomba (2019), isso se refere o ato de mover-se entre limites opressivos, entre a margem e o centro, as brechas para abrir novos espaços teóricos e práticos. “Mas lá como cá, hoje como ontem a subordinação imposta como destino é subvertida e lá vem elas: são professoras, escritoras, deputadas, pintoras, doutoras, atletas, maestrinas. Compositoras, ativistas, militantes desafiando os persistentes processos de exclusão” (Carneiro, 2007, p.07).

Mesmo diante de uma sociedade do pós-abolição, estruturalmente racista e sexista, essas trajetórias legitimam e valorizam a participação feminina negra na história. Após reflexões sobre a incorporação de trajetórias de mulheres negras no ensino de História, convidamos as leitoras e os leitores a conhecerem o *blog* “mulheresnegrasemdestaque”, desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da UEMS, recurso que articula ação política, científica e pedagógica, em uma perspectiva de Educação Antirracista. Boa navegação!

Referências Bibliográficas

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. História pública, ensino de história e educação antirracista. *Revista História Hoje*, v. 8, nº 15, p. 17-38, 2019.
- ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 05-20, 2008.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

ALENCAR, Larissa Siqueira de. *De Tia Eva a Dona Goia: Ensino de História e Protagonismo de Mulheres Negras em Campo Grande/MS*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2024.

ANJOS SANTOS, Maria Fernanda. *Protagonismo de mulheres afrodescendentes das comunidades quilombolas de Campo Grande - MS*. 128f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2020.

AREIAS, Manuela Costa. Histórias “atlânticas” na escravidão e no pós-abolição: biografias de personagens negros e ensino de história e cultura afro brasileira. In.: MORAES, Eulália Maria Aparecida de (et al.). *O ensino de história da África, da cultura afro-brasileira e indígena: múltiplos olhares*. Cáceres: UNEMAT, p.132-178, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Coleção Consciência em debate. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DIACÓPULOS, Jorge Ribeiro. *Comunidade Quilombola Tia Eva (Campo Grande – MS): memória, ensino de História e educação antirracista*. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.

GABRIEL, Carmen Teresa. Pesquisa em Ensino de História: desafios contemporâneos de um campo de investigação. In.:RALEJO, Adriana; MONTEIRO, Ana Maria. *Cartografias de pesquisa em ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 143-161, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*, nº 23, p. 75-85, 2003.

Hooks, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MATOS, Eliane de. *Comunidade São Benedito, Campo Grande/MS: Patrimônio Cultural, Turismo e Desenvolvimento Local*. 95 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2004.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa. Histórias cruzadas de mulheres negras: por um ensino de História antirracista e antissexista do Brasil republicano. In: VIANA, Iamara; COSTA, Valéria (Orgs.). *Mulheres afro-atlânticas e ensino de História*. Rio de Janeiro: Malê, p.279-308, 2023.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras – “Protagonismo Ignorado”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, p.486-521, 2012.

OLIVEIRA, Fernanda. *Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira: história de mulheres negras no pós-abolição do sul do Brasil*. Niterói, RJ: Eduff, 2020.

OLIVEIRA, Myleide de Souza Meneses. *Comunidade Tia Eva: bairro de negros e herança de fé*. 137 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

PEREIRA, Amílcar Araujo. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. *Revista História Hoje*, v. 1, nº 1, p. 111-128, 2012.

PEREIRA, Júnia Sales; ROZA, Luciano Magela. O ensino de história entre o dever de memória e o direito à história. *Revista História Hoje*, São Paulo, v.01, nº01, p.89- 110, 2012.

PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (Orgs.). *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

PLÁ, Sebastián. La enseñanza de la historia como objeto de investigación. *Secuencia. Revista de historia y ciencias sociales*. Distrito Federal, México, n.84, p.161-184, 2012.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza. Tia Eva: trajetória de vida de uma ex-escrava doceira. *Habitus*, v.11, n.01, p.37-52, jan./jun., 2013.

_____. *Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses*. 477f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ROVAI, Marta G. de Oliveira. MONTEIRO, Livia Nascimento (Orgs.). *Gênero, sexualidades e relações étnico-raciais: um guia para o Ensino de História*. Afenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2021.

SILVA, Kalina Vanderlei. Biografias. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, p.13-28, 2010.

SOUZA, Andreia Costa; CAIXETA, Vera Lúcia. Descolonizar o ensino de história sob um olhar interseccional: a mulher negra entre “sofrida” e “guerreira” na percepção de estudantes de Conceição do Araguaia (PA). *Revista Humanidades e Inovação*. Palmas, v.9, n.02, p.366-380, 2020.

VIANA, Iamara; COSTA, Valéria (Orgs.). *Mulheres afro-atlânticas e ensino de História*. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

XAVIER, Giovana. *Maria de Lourdes Vale Nascimento: uma intelectual negra do pós-Abolição*. Niterói, RJ: Eduff, 2020.

Sobre os autores:

Manuela Areias Costa: Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), atuando no curso de graduação em História e Programas de Pós-Graduação (ProfHistória e ProfEduc). Pesquisadora PQ Fundect/CNPq. Doutora em História pela UFRJ.

Larissa Siqueira Alencar: Professora da Secretaria Municipal de Educação Campo Grande/MS. Mestre em Ensino de História pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, PROFHISTÓRIA/UEMS.

Artigo recebido para publicação em: 15 de julho de 2024.

Artigo aprovado para publicação em: 29 de agosto de 2024.

Como citar:

COSTA, Manuela Areias; ALENCAR, Larissa Siqueira. De Tia Eva a Dona Goia: caminhos para uma educação antirracista em Campo Grande-MS. *Revista Transversos*. Dossiê: Memória, Histórias de Vida e Ensino de História. Rio de Janeiro, n.º. 31, 2024. pp. 102-125. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/80986>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2024.85905

